

Governo prevê aumento na exportação

Documento do Ministério da Fazenda descarta mudança na política cambial e faz balanço positivo do Plano Real

O governo acredita que o País voltará a exportar acima de US\$ 4 bilhões mensais no decorrer deste ano, o que representaria um volume anual superior a US\$ 48 bilhões. Em um documento de 31 páginas distribuído sexta-feira à noite, o Ministério da Fazenda faz uma análise positiva sobre os 23 meses do Plano Real e prevê um quadro otimista para a balança comercial em 1996. "As importações não deverão ser superiores às de 1995", prevê a Fazenda.

No ano passado, o Brasil teve déficit comercial. Ou seja, importou mais do que exportou. O déficit foi de US\$ 3,157 bilhões. Segundo os dados oficiais, o País exportou

US\$ 46,506 bilhões e importou US\$ 49,663 bilhões. No documento, o Ministério da Fazenda reafirma que a política cambial não será alterada. "As reduzidas taxas de inflação, somadas ao fato de as exportações estarem crescendo de forma expressiva, sugerem o acerto do regime cambial adotado", diz o texto.

No início de 1996, o governo previu que o País teria um superávit comercial de US\$ 5 bilhões e foi registrado um saldo negativo de US\$ 3,157 bilhões. No documento, o governo preferiu não fazer previsões. Mas, extra-oficialmente, os técnicos da Fazenda estimam um saldo positivo de cerca de US\$ 2 bilhões.

PRESSÃO

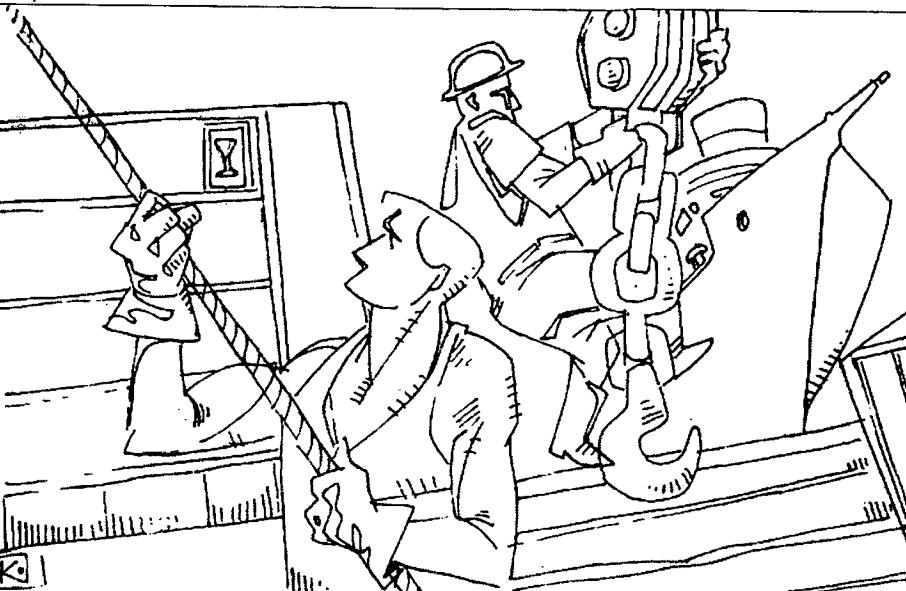
No primeiro trimestre do ano, a balança comercial teve um déficit de US\$ 80 milhões, levando em conta o saldo negativo de US\$ 109 milhões de março, quando o governo não contabilizou dois dias de exportações e importações. Mas a maioria dos consultores refez suas análises e está prevendo, na melhor das hipóteses, um déficit comercial de US\$ 1 bilhão este ano.

A pressão maior sobre as importações virá no segundo semestre quando o país terá de fazer importações volumosas de grãos, principalmente trigo e milho. O documento do Ministério da Fazenda destaca o sucesso da política fiscal em 1995, a drástica queda da infla-

ção e o crescimento da economia.

EMPREGO

O documento critica o método utilizado pela Federação das In-



em São Paulo desde outubro de 1991 até outubro de 1995.

O governo argumenta que não é correto avaliar o comportamento do emprego no conjunto do setor industrial e na economia brasileira a partir de um indicador de uma única região. O governo também diverge das pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Seade/Dieese — embora elas mostrem um quadro mais alentador sobre o emprego.

Mesmo assim, o desemprego na Grande São Paulo, segundo o IBGE, é o mais alto desde maio de 1984. A taxa de março chegou a 7,65%. Em maio de 1984 foi de 7,95%.

"A questão do emprego no Brasil é de tal forma complexa que não pode ser explicada a partir da observação de um indicador de uma região metropolitana que capta somente um segmento específico do mercado de trabalho", diz o documento.